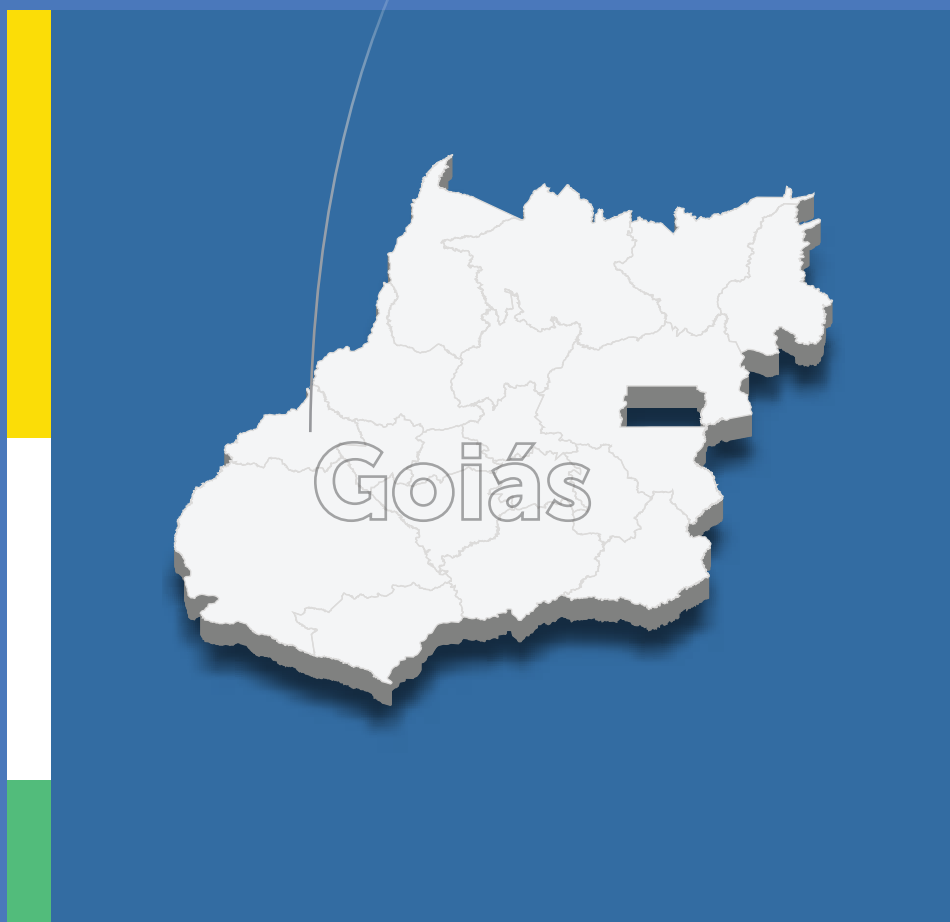




Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados

Relatório de Visita Institucional Escola Judicial de Goiás (EJUG)



Relatório de Viagem

Relatório de Visita Institucional — Reunião Técnica na Escola Judicial de Goiás (EJUG)

Data da Visita: 19 de novembro de 2025

Local: EJUG – Goiás/Goiânia

Equipe Técnica da ENFAM:

- Dr. Ilan Presser – Secretário-Geral da Enfam;
- Dr. Leonardo Peter da Silva – Secretário-Executivo da Enfam;
- Mariana Camargo Rocha – Secretária de Gestão Acadêmica e Formação;
- Iraci Guimarães – Chefe da Seção de Programas de Formação;
- Ana Paula Nóbrega – Chefe da Seção de Infraestrutura;
- Fernanda Filgueiras – Secretaria de Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária;
- Mirelle Cardoso – Chefe da Seção de Credenciamento e Acompanhamento de Cursos;
- Deborah Lacerda – Seção de Programas de Formação.

Equipe Técnica da EJUG:

- Desembargador Jeronymo Pedro Villas Boas – Diretor da EJUG;
- Aproximadamente 35 pessoas da equipe da EJUG (magistrados, servidores e equipe educacional).

1. Perfil institucional da EJUG

EJUG é reconhecida pelo CNJ com o Prêmio Diamante por quatro anos consecutivos, o que reforça a visibilidade nacional e a pressão por resultados e indicadores.

Escola concebida como unidade mista de formação de magistrados e servidores, com forte ênfase em projetos de impacto social e em atividades interdisciplinares em rede.

A EJUG opera com forte protagonismo da equipe educacional, que usa grupos de estudos, oficinas e projetos integradores para reduzir a evasão, que segundo a equipe, os registros eram de cerca de 60%, e foi reduzido para patamar próximo de 0%;

A seleção de participantes é feita com base em interesse institucional e aderência ao tema, especialmente em cursos de pós-graduação e projetos estratégicos.

Preferência por cursos curtos e autoinstrucionais, com maior adesão quando ofertados às segundas e sextas-feiras, sempre com pelo menos uma aula síncrona de abertura/ fechamento.

Cursos extensos e de longa duração apresentam maior risco de evasão; por isso, a escola aposta em híbridos com parte presencial e parte síncrona, articulados a grupos de estudo.

Desenvolvimento de aplicativo da escola, que permite ao estudante construir sua trilha de conhecimento, além da produção de podcast e fortalecimento de biblioteca digital e recuperação da biblioteca física. [2]

Criação de laboratório interinstitucional de inovação e IA, inspirado em experiências de outro tribunal, voltado a desenvolver ferramentas como agentes remotos e buscadores de jurisprudência baseados em dados do próprio tribunal.

Contratação da ferramenta de IA para apoiar o desenvolvimento de soluções e uniformizar a atuação dos gabinetes, reduzindo risco de “alucinação” ao trabalhar sobre o banco de dados institucional.

2. Projeto “Estrada do Conhecimento”

Programa de grande escala em parceria com o SENAI, utilizando ônibus-sala de aula para levar oficinas a até 14 comarcas em uma mesma rodada.

Conteúdos trabalhados incluem gestão de metas, sistemas processuais, inteligência artificial, depoimento especial, mandato simplificado e temas de gestão administrativa.

Já alcançou cerca de 6 mil servidores, com diagnósticos em rede e fortalecimento do vínculo institucional nas comarcas (cobrindo aproximadamente 80% das comarcas do TJGO).

As oficinas presenciais do programa “Estrada do Conhecimento” alimentam o laboratório de inovação com demandas e ideias, que são transformadas em soluções concretas de apoio à atividade jurisdicional.

3. Projetos sociais e educacionais

Projeto de alfabetização de pessoas em situação de rua, por meio de escola itinerante, integrando múltiplos atores (judiciário, políticas públicas, sociedade civil).

Grupos de trabalho sobre famílias residentes em lixões e situação fundiária de pessoas acampadas em rodovias, com foco em construção de soluções negociadas e aperfeiçoamento de políticas públicas.

Atendimento de crianças com deficiência na rede pública, com diagnóstico das lacunas de atendimento e reflexão sobre impactos no volume de ações judiciais em saúde.

Projeto “Raiz Calunga”, voltado à população calunga, com pesquisa sobre racismo estrutural no sistema educacional, em parceria com a UFG e pesquisadores que atuam nas comunidades.

Projeto “Virando a Página” e programa de remissão de pena pela leitura, articulando educação, reinserção social e atuação da corregedoria para implementação.

Realização de coral institucional, semana da arte e do saber negro e concurso de teses para publicação de livros, sob a editora própria da EJUG e revista científica local.

4. Temas críticos debatidos com a Enfam

A EJUG manifesta preocupação com a preservação da autonomia dos tribunais e das escolas diante de consórcios, ofícios e demandas externas (CNJ, outros órgãos), defendendo diretrizes gerais, mas com respeito às particularidades locais.

Há receio de que ofícios do CNJ ou da Enfam sejam percebidos como ordens, o que pode reduzir a autonomia e levar a uma replicação acrítica de cursos (ex.: cursos de Libras).

A EJUG reconhece que a unificação de capacitações e o trabalho em rede podem reduzir custos e evitar repetição desnecessária de ações.

Discutidos gargalos no credenciamento de cursos, especialmente os vinculados a prêmios do CNJ, que exigem 40h, limite de 40 participantes e prazos de até 1 mês antes do início. Enfatizaram que o prazo entre o lançamento das diretrizes do prêmio e a sua execução é incompatível com o prazo definido pela Enfam para o credenciamento, o que impede que a ação seja credenciada.

A EJUG defende a desburocratização do credenciamento, inclusive para especialistas sem FOFO em temas como tecnologia, apontando que a exigência formal pode inviabilizar a participação de quem detém o conhecimento técnico.

Critica-se a diferença de pontuação entre cursos credenciados (30 pontos) e não credenciados (10 pontos) e o impacto disso sobre o planejamento pedagógico e as metas de premiação.

A experiência mostra que magistrados aderem mais a palestras e cursos curtos, geralmente motivados por promoção/vitaliciedade, enquanto servidores participam de trilhas mais longas e técnicas.

A EJUG passou a usar grupos de estudo, comunicação aprimorada e convocação em temas estratégicos como instrumentos para reduzir evasão e qualificar o público-alvo.

7. Demandas e encaminhamentos da EJUG

Pedido para que a Enfam atue como interlocutora junto ao CNJ, buscando equilibrar prêmios, metas e produtividade com a autonomia pedagógica das escolas judiciais.

Solicitação de revisão das regras de credenciamento ligadas a prêmios do CNJ (prazo, carga horária, número de vagas) para permitir planejamento realista e adequado à realidade das escolas.

Proposta de que, quando ocorrer o selo Enfam/RENEJUM para cursos produzidos em rede ou nacionalmente, a pontuação seja equivalente ou próxima à dos cursos diretamente oferecidos pela Enfam.

Interesse em credenciamento coletivo e micro-redes para formação inicial e outros programas (especialmente em temas transversais como processo eletrônico, IA, metas e gestão).

Sugestão de normativo que recomende que os laboratórios de inovação sejam vinculados às escolas judiciais, e não obrigatoriamente à presidência dos tribunais, reforçando o papel formativo e estratégico das escolas.

Reforço da necessidade de investimento na capacitação específica das equipes das escolas, com formações alinhadas ao contexto do Judiciário e não apenas à academia.











Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados



+55 (61) 3319-7700



www.enfam.jus.br



enfam@enfam.jus.br



ENDEREÇO: SCES - Trecho 3, Polo 8, Lote 9, 1º andar
Prédio do Conselho da Justiça Federal (CJF) Brasília - DF, Brasil CEP: 70.200-003